

# ESTRATÉGIA PARA A REGIÃO NÃO PODE ESQUECER CRISE SOCIAL

Resposta à globalização exige aposta na qualificação.

ISABEL MACHADO

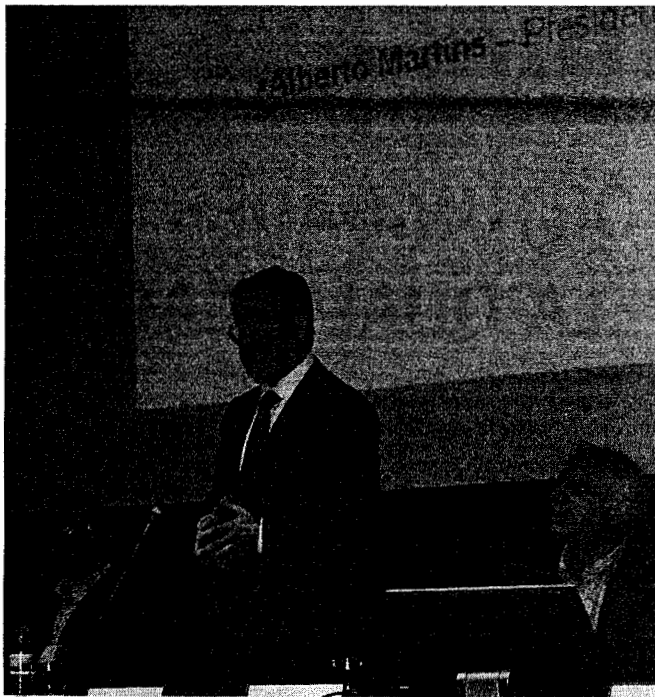
"A mudança é possível" na região do Vale do Ave, concluiu Alberto Martins, líder da bancada parlamentar do PS, no final do colóquio "Vale do Ave - Região de Oportunidades", que decorreu, em Guimarães, no passado sábado, por iniciativa dos deputados socialistas eleitos pelos círculos de Braga. "Os défices estruturais, que o país tem, estão claramente identificados e assentam basicamente na necessidade de qualificação dos portugueses, na necessidade de uma melhor e mais moderna qualificação produtiva e, ao mesmo tempo, na resposta simultânea que tem de ser dada, à protecção social", acrescentou o líder parlamentar socialista. A estratégia futura não poderá permitir que uma região como o Vale do Ave, "deixe para trás franjas sociais, que estão em situação mais débil, e que têm, naturalmente de ser protegidas, numa lógica de solidariedade nacional", sustentou o mesmo responsável, que continua a acreditar num Vale do Ave "capaz de inovação e risco".

Face às muitas críticas, que foram apontadas ao longo de toda a manhã, à intervenção das entidades públicas na implementação das políticas de apoio à qualificação e ao emprego, Alberto Martins reconheceu que é preciso "reorganizar o Estado", nomeadamente, a "forma como se relaciona com as pessoas". No entanto, frisou que não cabe ao Estado "fazer tudo", aludindo à necessidade de responsabilizar todos os intervenientes envolvidos no processo.

O papel central da formação e qualificação de adultos no desenvolvimento do país, e da região do Vale do Ave em particular, foi reconhecida por todos os intervenientes do segundo painel do colóquio, subordinado ao tema "Qualificações com futuro. Futuro com qualificações", que contou, entre outros, com a participação do secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional. Fernando Medina apontou o apoio tríplice como pano de fundo para uma estratégia global de desenvolvimento. Assim, o Estado deve apoiar parte do país que já venceu o desafio da modernização; os sectores que estão empenhados em lá chegar e ainda se encontram numa fase de transição, e, por fim, aqueles que não terão capacidade para se modernizarem, e que, mesmo assim, não poderão ficar esquecidos.

O governante não escondeu a dimensão do problema da economia informal e apontou o seu carácter "rentável", como principal factor que leva a que alguns empresários continuem a investir num sistema que assenta nas baixas qualificações e nos baixos salários, que predominam na região. "O país está dar passos significativos para inverter a situação", sublinhou Medina, referindo-se ao aumento das receitas da Segurança Social e do Fisco. Todavia, reconheceu que ainda há muita a fazer no que se refere à eficácia do Sistema de Justiça.

A ruptura com o actual cenário, passa



**O governante não escondeu a dimensão do problema da economia informal e apontou o seu carácter "rentável", como principal factor que leva a que alguns empresários continuem a investir num sistema que assenta nas baixas qualificações e nos baixos salários, que predominam na região.**

## SINDICATOS EXIGEM ACÇÃO EM VEZ DE DEBATES E DIAGNÓSTICOS

No início da semana, a União dos Sindicatos de Braga (USB) reagiu, desvalorizando a realização de sucessivos debates em torno da situação vivida no distrito e pediu "acção" ao Governo. "Não basta os ministros e deputados virem sistematicamente ao distrito deitar água benta e prometer um futuro melhor" enquanto a região "está a ser flagelada por um aumento do desemprego através de processos legais, abusivos e repressivos".

Para além do debate, o Ministério do Trabalho deve intervir nas alegadas ilegalidades que envolvem o despedimento colectivo na empresa de cablagens Kromberg & Schubert, instalada no Parque Industrial de Ponte, "algumas delas punidas por lei" realça a USB, que acusa também a Inspeção Geral de Trabalho de se recusar a "actuar e agir em conformidade", designadamente "anulando ou dando parecer negativo ao processo".

Os representantes dos trabalhadores pedem igualmente resposta à tutela sobre as razões que obrigam os trabalhadores a vigiar empresas dia e noite, para evitar que os empresários retirem o património, "enquanto devem salários e contribuições à segurança social e ao fisco".

Em período de contenção salarial, a USB atrai ainda com o aumento "em mais de 25%, do subsídio do transporte dos ministros e deputados". Sem soluções à vista para os desempregados, que vão ficando sem qualquer apoio, os sindicatos rejeitam e denunciam "o folclore político que passela pela região", na tentativa de "iludir o que é demasiado claro".

por "deixar de alimentar" o mercado de trabalho com mão-de-obra não qualificada, defendeu o secretário de Estado.

Para que o jovens permaneçam na escola o tempo necessário há que diversificar "as ofertas formativas mais adequadas à diversidade de públicos que hoje estão a aceder ao sistema de ensino", frisou, numa clara alusão aos mais de 400 novos cursos tecnológicos recentemente anunciados pelo Governo.

Noutra frente, impõe-se a aposta na formação de adultos, referiu Fernando Medina, que acredita que o sucesso nesse campo passa pela valorização dos saberes adquiridos ao longo da vida. As experiências anteriores encetadas, neste domínio, logo após o 25 de Abril, "falharam porque não tiveram em conta a vida das pessoas" sublinhou, "promovendo" desta forma os novos Centro de Reconhecimento e Validação de Competências que o Governo de Sócrates pretende criar até ao final do ano, um pouco por todo o país.

O deputado socialista José António Seguro defendeu a aposta numa formação inicial de base sólida, que deve depois ser consolidada pela via da aprendizagem ao longo da vida e da medida das necessidades. Uma estratégia difícil de implementar, num país onde 70% população activa tem no máximo o 12º ano de escolaridade e apenas 4,6% dos trabalhadores apostam na formação contínua. A taxa de abandono escolar acima dos 50% também não favorece uma estratégia alicerçada na aprendizagem ao longo da vida.

Olívia Santos Silva, coordenadora de educação e formação de adultos da DREN, realçou o atraso que marca a população portuguesa no que se refere à escolarização, quando comparada com outros países da Europa e sublinhou as dificuldades em convencer a população activa com menor escolaridade a frequentar acções de formação destinadas a adultos.

O colóquio contou, entre outros, também com a presença do presidente da presidente da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), Castro Fernandes. O também presidente da Câmara de Santo Tirso recordou os elevados índices de desemprego, no Vale do Ave, que representam praticamente o dobro da média nacional e alertou para os graves problemas sociais que ameaçam a região em virtude dessa realidade.

No primeiro painel do colóquio, subordinado ao tema "Políticas públicas para a região - nacionais e comunitárias", Castro Fernandes desafiou o Governo a "dar sinais claros de que quer investir a sério no Vale do Ave".

A eurodeputada socialista, Elisa Ferreira, corroborou a intervenção do líder da associação de municípios, defendendo que o Governo deve centrar as atenções na resolução dos problemas das regiões mais deprimidas do país. "O Centro e o Norte têm que ser o grande problema nacional e as políticas do Governo têm de ser formatadas para estas regiões", vincou.